Nós estamos querendo ter a mesma garantia. Queremos que aquele decreto do governador Mário Covas esteja acoplado a essa proposta. Essa é a discussão que queríamos fazer. Não estou dizendo que nós somos os únicos, que nós estamos 100% corretos. Não é isso. O que nós queremos é que tivesse garantido isso no projeto de lei. Essa é a nossa discussão. E essa garantia nós não temos, de que aquele decreto que beneficiou muitos trabalhadores rurais no estado de São Paulo com arrecadação de terras não está garantido, porque o decreto é de 1997. Não sei qual é a posição do deputado Barros Munhoz ou do deputado Campos Machado, se aquele decreto pode servir, sem nenhuma mudança, para este projeto de lei. Se isso contemplar, quero dizer que fico muito satisfeito. A bancada do PT poderá votar tranquilamente esse projeto. Como nós não temos essa garantia, tenho muita dúvida a respeito dessa questão. Ainda pedi isso ao deputado Barros Munhoz, hoje, pois não resolvemos essa dúvida e eu não gostaria de votar tendo essa dúvida. Por isso, deputado Barros Munhoz, quero que isso fique claro.

Se não ficar claro, eu vou falar para a bancada do PT que nós vamos pedir verificação de votação, sim. Não há acordo, deputado. Onde foi feito o acordo? Eu não fiz acordo. Eu conversei com o deputado Barros Munhoz. Pergunte para o líder do Governo, deputado. Eu não quero, aqui, falar que não se fez acordo. Nós estávamos caminhando para um acordo e não chegamos a um ponto final.

Eu não estou dizendo que eu tenho toda razão, mas não tenho clareza disso. Essa é a questão. Não tenho clareza e eu não posso orientar uma bancada tendo essa dúvida, de forma nenhuma. Eu gostaria muito que estivesse clara essa questão.

Se temos essa questão, não temos nada contra. Nós queremos votar o projeto de lei, para que possamos ter esses assentamentos, essa arrecadação de terras, com clareza, baseando-se no decreto de 1997. Se é isso, não há problema nenhum, mas me responda claramente qual é a posição e qual vai ser a atitude do governador a respeito desse projeto, porque é um projeto que beneficia aquilo que há de mais sagrado, que é a questão de arrecadação de terras para assentamentos. Essa é a questão.

Se há isso, eu não tenho problema nenhum, mas, com essa dúvida, eu quero dizer para os Srs. Deputados: não é que não haja acordo. Há acordo a respeito do decreto. Estou fazendo isso claramente, aqui. Eu poderia virar as costas e dizer: "Não temos acordo. Não foi feito acordo." Há acordo.

É baseado no decreto de 1997? Votamos tranquilos, mas por que não pôs isso no projeto de lei? Por que isso não está escrito? Então, quero dizer que eu estou encaminhando pela bancada do PT nessas condições e gostaria muito que os Srs. Deputados não achassem que eu só tenho razão.

Nós encaminhamos até aqui e discutimos desde o semestre passado. O processo foi claro e transparente, mas não ficou clara, na última redação, essa questão. Por isso, eu estou aqui, juntamente com a bancada do PT. Nós queremos clareza nessa questão do projeto. Se temos essa clareza de que as terras que forem arrecadadas servirão para fins de reforma agrária, isso já está garantido.

Agora, e o decreto do governador para fazer a complementação do projeto? Vão estar garantidas as mesmas condições daquilo que já foi votado nesta Casa em 1997? Então, se há isso, eu não tenho problema nenhum em liberar o projeto, porque nós estamos com clareza. Agora, eu não vou votar em um projeto de lei sobre o qual eu tenho dúvidas. Desculpem-me os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas desta Casa. Não posso esconder isso, nem da bancada, nem dos Srs. Deputados e Sras. Deputados desta Casa.

O decreto do governador Mário Covas foi muito feliz. Pegue o decreto do governador Mário Covas em 1997. Era um entusiasta da reforma agrária e fez isso com muita clareza e muito debate. Eu estive no Palácio por várias vezes, discutindo essa questão, juntamente com o Itesp, à época.

É uma questão que eu gostaria que ficasse clara. Por isso, estou fazendo um pedido ao deputado Barros Munhoz e ao deputado Campos Machado. Todos nós temos interesse nesse projeto, mas que fique claro para todos nós o que realmente vai ser beneficiado. Nós já temos clareza de que é para a reforma agrária. Que o decreto do governador garanta que nós vamos ter essa apresentação.

Eu não quero dizer que eu estou, aqui, com a verdade ou que estou com desconfiança do governador, mas, se não é para eu ter desconfiança, que coloquem na lei, coloquem isso no projeto de lei, que ficamos tranquilos. Nós não queremos, de forma nenhuma, atropelar, porque ninguém tem mais interesse nesse projeto do que nós.

Nós queremos que esse projeto seja aprovado. Nós queremos que esse projeto seja aprovado com a maior clareza jurídica possível. Que qualquer um quer ler o projeto e ler o decreto tenha a consciência de que as duas questões estão colocadas claramente.

Por isso eu pedi para o líder do Governo - o deputado Barros Munhoz - antes do Colégio de Líderes. Nós queremos continuar minimamente a fazer essa conversa. Infelizmente não tivemos tempo.

Não é culpa de V. Exa., deputado. Não é culpa de Vossa Excelência. Eu tinha outros compromissos e não assumi essa questão. Mas quero dizer que fico muito preocupado com essa questão que está colocada até aqui.

Muito obrigado, Sras. Deputadas e Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Só lembrando que neste momento estamos votando o requerimento de método de votação, e não o projeto ainda. Em votação o requerimento. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, quero lamentar profundamente a quebra de um acordo. O deputado Enio Tatto me procurou e disse "não podemos votar o projeto enquanto não chegar o deputado José Zico Prado". Nós protelamos a votação do projeto até a chegada de S. Exa. o deputado José Zico Prado. Nós fizemos um acordo.

No final, o excelentíssimo deputado José Zico Prado me disse "Campos, não deixe votar que eu quero conversar, discutir o ano que vem". Fizemos isso. O deputado Barros Munhoz se empenhou. Eu disse ao deputado Barros Munhoz: "deputado, tem a minha procuração, faz o que você quiser fazer". Agora, dizer que não teve acordo, a uma hora dessas, final de dia?

Depois do apelo do deputado Enio Tatto, que pediu para mim: "não paute o projeto enquanto eu não chegar". O que nós fizemos, presidente? Não pautamos o projeto até a chegada do deputado José Zico Prado. Desculpe, Sr. Presidente, eu dizia há pouco, três coias não voltam mais: a palavra dada, a flecha lançada e a oportunidade perdida. Nós fizemos esse acordo.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, regimentalmente solicito uma verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Antes de passar a palavra ao deputado Barros Munhoz, esta Presidência vai proceder à verificação de votação pelo sistema eletrônico. Os Srs. Deputados e as Sras. Deputadas que forem favoráveis deverão registrar o seu voto como "sim", os que forem contrários deverão registrar o seu voto como "não".

* * *

- É iniciada a verificação de votação pelo sistema eletrônico.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Tem a palavra o deputado Barros Munhoz, pelo tempo regimental.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Eu gostaria de esclarecer que, cumprindo o combinado, eu e a valorosa bancada do PT - especialmente esse querido amigo e grande conhecedor dos assuntos da agricultura, dos assuntos fundiários do estado de São Paulo, o deputado José Zico Prado, uma autoridade no assunto -, a pedido do líder Alencar Santana Braga, conversamos bastante.

Ele é assessorado pelo Alberto, que está aqui presente e é um brilhante assessor. Já falei isso no Colégio de Líderes e faço questão de ressaltar aqui. Sobretudo nessa área também, trabalhou no Itesp - Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, conhece profundamente, domina o assunto. Nós conversamos muito. Aliás, para mim é sempre um aprendizado, e prazeroso ouvir o José Zico Prado falar. Ele tem 30 anos de experiência, de conhecimento, vai em assentamento, conhece tudo sobre o assunto. Da mesma forma o pessoal do Itesp, dentre os quais o Alberto, que foi dos quadros do Itesp.

Nós analisamos tudo, depois ouvimos o Itesp também, e chegamos à conclusão que o fundamental era deixar claro, indubitavelmente claro, um dispositivo que era dúbio. Isso era, no nosso modo de entender - lógico que havia outras reivindicações - isso era o fundamental. Nós brigamos intensamente para o governo acatar isso, e o governo resolveu acatar. Realmente, então, fizemos uma aglutinativa. É verdade o que o deputado José Zico Prado falou. Ele me pediu, disse que havia faltado a questão do decreto. Eu fui saber, fui ver, e não há possibilidade. De nossa parte, está esgotada a perspectiva. Eu disse isso: da nossa parte, a aglutinativa é essa.

Quero fazer a seguinte colocação: esta é a terceira lei que estamos votando sobre o problema de terras no Pontal do Paranapanema. Nós votamos uma em 2012, que resolveu o problema das propriedades menores; depois votamos uma no ano passado, 2016; e agora estamos votando esta. Ou seja, estamos caminhando aceleradamente. Nenhum outro estado do Brasil fez isso. O maior programa de assentamento de terras no Brasil é o programa do Itesp.

Portanto, faço um pedido ao deputado José Zico Prado: nos dê esse voto de confiança. Se precisar complementar, nós complementamos, nós jogamos para este semestre, mas há uma pressão, há interesses legítimos - não interesses escusos - de quem precisa caminhar. O governo tem esse compromisso de fazer o Pontal se desenvolver.

Eu fico feliz quando ouço o deputado José Zico Prado dizer isso. Aliás, ele é um deputado correto, que não faz politicagem. Faço esse apelo, deputado José Zico Prado: vamos passar o projeto como ele está, vamos em frente, vamos caminhar. Depois nós faremos a quarta lei e estaremos aqui, se Deus quiser.

Vossa Excelência sabe que pode confiar, nós trabalhamos em conjunto. Nós não estamos aqui para fazer politicagem e, se fôssemos fazer, jamais faríamos com os assentados, com os trabalhadores rurais do nosso Estado. Quero deixar claro isto: nós fomos ao limite. Nem sempre se concorda 100%, e é o que aconteceu. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência agradece a presença do nosso ex-deputado estadual, ex-secretário de Estado e hoje prefeito de Ribeirão Preto, deputado Duarte Nogueira. Receba as homenagens do Poder Legislativo. (Palmas.)

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, eu quero primeiramente cumprimentar o deputado Duarte Nogueira, o Nogueirinha, como era chamado por nós. Agora ele subiu muito na vida, virou até prefeito.

Quero dizer para o deputado Barros Munhoz que acabei de conversar com o deputado Alencar Santana Braga, que não está presente hoje. Eu fui incumbido de acompanhar esse projeto até as discussões, mas preferia que ele fosse aprovado com a presença do nosso líder. Quero pedir a V. Exa. que espere até amanhã. Amanhã iremos chegar. Eu concordo, nós não queremos ter 100% do projeto.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Deputado José Zico Prado, V. Exa. concorda que eu faça uma intervenção no sentido de encaminhar?

O SR. JOSÉ ZICO PRADO - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Sim, vamos deixar. Amanhã nós sentamos e discutimos o limite.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Eu solicito isso, e quero também que o deputado Campos Machado concorde. Se ele concordar... Então, infelizmente, lamento.

O SR. MILTON LEITE FILHO - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. EDSON GIRIBONI - PV - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PV está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PV.

O SR. ROBERTO MORAIS - PPS - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PPS está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PPS.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSD.

O SR. ED THOMAS - PSB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PSB.

O SR. CÁSSIO NAVARRO - PMDB - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PMDB está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PMDB.

O SR. ROGÉRIO NOGUEIRA - DEM - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do DEM está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do DEM.

O SR. LUIZ CARLOS GONDIM - SD - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do SD está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do SD.

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PR está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a manifestação de obstrução da bancada do PR.

O SR. FELICIANO FILHO - PSC - Sr. Presidente, gostaria de informar que a bancada do PSC está em obstrução.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Esta Presidência registra a obstrução do PSC.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, conversando com os deputados José Zico Prado e Campos Machado, entendendo da necessidade de sentarmos junto com o deputado Barros Munhoz, líder do Governo, e entrarmos num acordo para esperar até amanhã, para ver se conseguimos um entendimento na redação relativo àquilo que é problema no projeto. Enquanto autor do pedido de verificação, eu a retiraria, e solicitaria que fosse adiado o presente projeto para que o apreciássemos no dia de amanhã.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Daí aprovaríamos o roteiro, convoco uma sessão extraordinária para o segundo projeto e levantaríamos a presente sessão.

O SR. ENIO TATTO - PT - Então, aprovamos só o roteiro...

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Aprovaria o roteiro, eu convocaria a primeira extra para o projeto proposto pelo deputado Coronel Camilo...

O SR. ENIO TATTO - PT - Mas se tiver alguma alteração na redação, na aglutinativa?

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Não é possível mais fazer alteração. Não tem como fazer alteração, porque nós já aprovamos a aglutinativa que já foi dada por conhecida por todos os deputados.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, retiro o pedido de verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Está retirado o pedido de verificação de votação. Está aprovado o roteiro.

O SR. ENIO TATTO - PT - Sr. Presidente, havendo acordo de líderes, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - O pedido de V. Exa. é regimental. Antes de dar por levantada a presente sessão esta Presidência, nos termos do Art. 100, inciso I, do Regimento Interno, convoca V. Exas. para uma sessão extraordinária a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia: PLC nº 9/2017.

Esta Presidência, antes de dar por levantados os trabalhos, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental. Está levantada a presente sessão.

* * *

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 17 minutos.

* * *

8 DE AGOSTO DE 2017
37ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

Presidente: CAUÊ MACRIS

RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Abre a sessão. Encerra a discussão, coloca em votação e declara aprovado o PLC 09/17, salvo emendas. Coloca em votação e declara aprovada a emenda apresentada pela Comissão de Constituição e Justiça.

2 - BARROS MUNHOZ

Solicita a suspensão da sessão por 3 minutos, por acordo de lideranças.

3 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Defere o pedido e suspende a sessão às 19h03min, reabrindo-a às 19h06min. Coloca em votação e declara aprovada a emenda de nº 1.

4 - CORONEL CAMILO

Para comunicação, faz agradecimentos a seus pares pela aprovação do projeto em tela.

5 - CORONEL TELHADA

Para comunicação, faz coro às palavras de seu antecessor. Agradece o apoio desta Casa na aprovação do PLC 09/17.

6 - PRESIDENTE CAUÊ MACRIS

Encerra a sessão.

* * *

- Abre a sessão o Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Havendo número legal, declaro aberta a sessão. Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Com base nos termos da XIV Consolidação do Regimento Interno, e com a aquiescência dos líderes de bancadas presentes em plenário, está dispensada a leitura da Ata.

* * *

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, Proposição em Regime de Urgência.

Discussão e votação - Projeto de lei Complementar nº 9, de 2017, de autoria do Sr. Governador. Altera dispositivos do Decreto-lei nº 260, de 1970, e da Lei complementar 1.224, de 2013, que dispõem respectivamente sobre a inatividade e o efetivo da Polícia Militar do Estado. Com emenda. Parecer nº 306, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável ao projeto com emenda e à emenda nº 1. (Artigo 26 da Constituição do Estado).

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o projeto salvo emendas. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Em votação a emenda apresentada pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. BARROS MUNHOZ - PSDB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por três minutos.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Barros Munhoz e suspende a sessão por três minutos.

Está suspensa a sessão.

* * *

- Suspensa às 19 horas e 03 minutos, a sessão é reaberta às 19 horas e 06 minutos, sob a Presidência do Sr. Cauê Macris.

* * *

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Em votação a emenda nº 01. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovada.

O SR. CORONEL CAMILO - PSD - PARA COMUNICAÇÃO - Gostaria de agradecer ao líder do Governo, à Presidência da Casa e aos nossos deputados. Muito obrigado, deputados Barros Munhoz e Campos Machado. Obrigado, também, Enio Tatto, que ajudou nas negociações. Esse projeto é importante para a Polícia Militar de São Paulo.

O SR. CORONEL TELHADA - PSDB - PARA COMUNICAÇÃO - Na mesma linha do Coronel Camilo, gostaria de agradecer ao líder do Governo, deputado Barros Munhoz, ao deputado Campos Machado e a todos os deputados, inclusive os da oposição.

Temos falado, isso tem sido uma constante, que quando o assunto é Segurança Pública não há oposição na Casa, os 94 deputados têm trabalhado em conjunto. Obrigado, Enio, obrigado, Zé Américo, acho que isso é uma vitória para a cidadania no estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CAUÊ MACRIS - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, esgotado o objeto da presente sessão, esta Presidência a dá por encerrada.

Está encerrada a sessão.

* * *

- Encerra-se a sessão às 19 horas e 08 minutos.

* * *

9 DE AGOSTO DE 2017
106ª SESSÃO ORDINÁRIA

Presidentes: **CORONEL TELHADA, WELSON GASPARINI, ED THOMAS, CAUÊ MACRIS e JOÃO CARAMEZ**

Secretários: **WELSON GASPARINI, JOÃO CARAMEZ e JUNIOR APRILLANTI**

RESUMO

PEQUENO EXPEDIENTE

1 - CORONEL TELHADA
Assume a Presidência e abre a sessão.
2 - VITOR SAPIENZA
Narra história contada à sua filha, há 18 anos, a respeito de placas de veículos de Curitiba, em São Paulo, com o fito de mitigar o pagamento de tributos. Lembra que há cerca de 12 anos apresentara PL que criara a carteira de identidade do profissional aposentado, ainda não regulamentado pelo Governo do Estado. Aduz que deve representar ao Ministério Público, com o objetivo de pleitear a regulamentação da lei.
3 - WELSON GASPARINI
Anuncia que obra de recuperação da Rodovia Mário Donega, entre Ribeirão Preto e Bradópolis, deve ser iniciada em outubro do presente ano. Informa que a construção de hospital, em Serrana, deve ser concluída no final de 2018. Assevera que 26 municípios na região de Ribeirão Preto devem ser beneficiados pela medida. Comemora o investimento de cerca de 120 milhões de reais no Hospital da Criança, em Ribeirão Preto. Menciona medidas do Governo do Estado a favor da Educação, na citada cidade. Discorre a respeito de aporte financeiro destinado a entidades beneficentes, advindo do programa Nota Fiscal Paulista. Informa que ocorreram 57 mil assassinatos no Brasil, em um ano. Clama pelo reajuste salarial de policiais militares e de professores.
4 - WELSON GASPARINI
Assume a Presidência.
5 - CORONEL TELHADA
Faz coro ao pronunciamento do deputado Welson Gasparini. Acrescenta que a totalidade de soldados americanos mortos, na Guerra do Vietnã, é inferior à estatística brasileira. Lamenta críticas direcionadas à Polícia Militar. Mostra-se contra a concessão do indulto de dia dos pais, a beneficiar 17.088 presos. Acrescenta que 10% não deve regressar ao sistema prisional, o que mobilizará esforços policiais para a recaptura. Comenta matéria jornalística, a respeito de rescisão de contrato que exige a disponibilidade de tornozeleiras eletrônicas, da ordem de 27 milhões de reais. Clama pela valorização salarial de policiais militares.
6 - CARLOS GIANNAZI
Manifesta apoio à reivindicação da CEPM - Centro de Educação Pré-Militar, presente nas galerias. Informa que fizera representação, ao Ministério Público, contra o Governo do Estado, pela não nomeação de servidores públicos aprovados em concurso público da Polícia Militar. Clama a seus pares que aprovem o PDL 11, de sua autoria, com o fito de revogar o Decreto 61466. Aduz que a não nomeação de aprovados em concurso público importa em improbidade administrativa. Conclui que deve pleitear à Defensoria Pública, ao Tribunal de Contas e às Comissões deste Parlamento, medidas tendentes a solucionar a questão.
7 - EDSON GIRIBONI
Discorre acerca de obra na Rodovia SP-250 que visa a desenvolver o sudoeste paulista, especialmente a região de Itapetininga e do Vale do Ribeira. Tece considerações sobre obra na Rodovia SP-249. Informa recuperação de trecho na Rodovia Raposo Tavares, entre Itapetininga e Ourinhos. Ressalta que os investimentos devem superar um bilhão de reais, o que deve promover desenvolvimento, geração de empregos e maior arrecadação de ISS. Agradece ao governador Geraldo Alckmin.
8 - ORLANDO BOLÇONE
Discorre acerca de prestação de contas, da USP, a este Parlamento, feita pelo reitor Marco Antônio Zago. Informa que a queda na arrecadação do ICMS impactara as finanças da instituição. Ressalta o conceito da entidade, inclusive em âmbito internacional. Acrescenta que deve ser assinado protocolo que criará escritório da ONU - Organização das Nações Unidas, nas dependências da autarquia, com o propósito de tratar de interesses ambientais e de gestão de conflitos. Defende a integração entre os interesses propostos e o trabalho das Comissões, em especial a de Ciência, Tecnologia, Inovação e Informática.
9 - FERNANDO CAPEZ
Lista entidades policiais presentes nas galerias. Afirma que sempre defendera a atuação da polícia militar, em seus 20 anos de carreira no Ministério Público, antes do ingresso na política. Informa que fora relator do PLC 47/09. Defende a correção do que considera distorção de caráter discriminatório, em razão da diferença remuneratória entre cargos, no quadro de servidores da Polícia Militar. Tece considerações sobre o PLC 04/17, cuja aprovação pleiteia.

GRANDE EXPEDIENTE

10 - PRESIDENTE WELSON GASPARINI
Endossa as palavras do deputado Fernando Capez.
11 - LUIZ CARLOS GONDIM
Comenta a existência de discrepâncias salariais em cargos de comando da Polícia Militar. Manifesta apoio a projeto que propõe a correção dessas diferenças.
12 - FERNANDO CAPEZ
Considera que diferenças remuneratórias entre os cargos de primeiro e segundo tenentes da Polícia Militar ferem o princípio da isonomia. Pondera a necessidade de cálculo do impacto orçamentário com a aprovação da matéria que corrige essas distorções. Exalta o trabalho realizado pelos policiais militares do estado de São Paulo.
13 - LUIZ CARLOS GONDIM
Para comunicação, tece considerações sobre a fala do deputado Fernando Capez. Ressalta a importância de discussão do projeto que corrige distorções salariais de cargos da Polícia Militar.
14 - LUIZ CARLOS GONDIM
Solicita a suspensão da sessão até as 16 horas e 30 minutos, por acordo de lideranças.
15 - PRESIDENTE WELSON GASPARINI
Defere o pedido e suspende a sessão às 15h45min.
16 - ED THOMAS
Assume a Presidência e reabre a sessão às 16h36min.
17 - CARLOS GIANNAZI
Pelo art. 82, critica o Governo Alckmin por não convocar para posse servidores aprovados em concurso público. Afirma que as áreas mais prejudicadas são as da Segurança e da Educação Pública. Exige que o governo estadual reveja essa situação.
18 - MÁRCIO CAMARGO
Para comunicação, registra presença de integrantes da Câmara Municipal de Diadema.